



## Justiça Social Restaurativa e a (In)Constitucionalidade do Direito de Sucessão: A Concentração de Riquezas Familiares Pós-Morte à Luz dos Princípios Constitucionais da Igualdade, Fraternidade e Solidariedade

### Autor(res)

Renato Horta Rezende  
Leandro Belillo De Lima Cosso  
Gabriela Campos Brandao  
Ian Fernando Ferreira De Freitas  
Aressa Nathely Silva Godinho Ferreira  
Victor Lehon Mageste Rodrigues  
Natalia Goncalves Fernandes

### Categoria do Trabalho

1

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

### Introdução

“O homem nasce bom, mas a sociedade o corrompe”, Rousseau e Pero Vaz de Caminha relator da ingenuidade e inocência dos Índios invadidos e mortos por europeus no Brasil. Isso quando Direito firma lógica violenta/réplica às violências coloniais.

Assim, as Leis e o Direito retroalimentam costumes/práticas, agravantes das desigualdades socioeconômicas (escolhidos e excluídos), na análise do monopólio perpetuado pelo Direito Sucessório, que mantém e agrava a acumulação de valores trazendo miséria: “Em 2022, havia 67,8 milhões de pessoas na pobreza e 12,7 milhões na extrema pobreza” e “em 2023, os 10% da população brasileira com maiores rendimentos domiciliares per capita tiveram renda 14,4 vezes superior à dos 40% da população com menores rendimentos. Essa diferença é a menor já registrada no Brasil”, devido programas de renda-socioassistenciais para IBGE. Logo, investiga se a redistribuição das riquezas pós-morte e a inconstitucionalidade sucessória mitigam o abismo entre ricos e pobres.

### Objetivo

Demonstrar se e por quê a concentração de riquezas familiares via herança, seria inconstitucional e afrontaria a CF88 no que tange à igualdade, Fraternidade e Solidariedade e qual seria o papel de um verdadeiro Sistema de Justiça Social Restaurativa no lugar do Direito Tradicional, pensando pela perspectiva inicial de Howard Zehr e Vólia Bomfim.

### Material e Métodos

Abordagem dedutiva-bibliográfica. Realiza uma análise legislativa constitucional e doutrinária: holística e crítica dos efeitos cruéis da proteção à Herança em detrimento da função social que intensificam as injustiças

# PROCESSO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: O DIREITO PROCESSUAL NO AMPARO À CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE



socioeconômicas, especialmente ao excluir as partes hipossuficientes aquém das elites. Interpreta criticamente a função do Direito Sucessório como mecanismo ultrapassado pelas lentes da Justiça Restaurativa de Howard Zher. Fornece entendimento das limitações que o Direito Tradicional gera no objetivo de concretizar o ideal defendido por Bomfim (2022) da função social do direito e do bem-estar social assim como da vida digna aos desprovidos de heranças voluptuosas, que continuam sendo marginalizados e vivendo das migalhas do Estado, sem um empoderamento real, que deve ser conquistado.

## Resultados e Discussão

Empoderamento (Kleba;Agueda, 2009), é processo de resistência/conscientização essencial integrador de excluídos e garante avanços. Se concretiza na redistribuição de riquezas, capacitação educacional e acesso ao poder, promove igualdade, fraternidade e solidariedade. Mas, o Direito Tradicional limita o acesso à justiça e aos bens de consumo, quando distorce o "mínimo existencial" e a "reserva do possível", resulta em serviços públicos/judiciais exíguos, ruins.

A justiça restaurativa (JR) pode ser ferramenta transformadora, alterando a criação de leis/políticas públicas, mostrando a incompatibilidade entre o modelo de herança e a erradicação das desigualdades. A Sucessão atual contribui para concentrar riqueza e destruir famílias, que ao disputar herança morrem, enfrentam fome e abandono. Realidade comum para os "cidadãos de papel" com direitos formais, mas sem acesso real a eles. Resultando Martin Luther King: "A injustiça em qualquer lugar é uma ameaça à justiça em todo o lugar".

## Conclusão

Concluí-se que a inconstitucionalidade do Direito de Herança, justifica-se no desfazimento da função social do Direito que é gerar o bem-estar e a justiça social, inalcançáveis de fato enquanto houver cidadãos de segunda e de primeira categoria, devido à concentração de riquezas hereditárias. O que pode ser alterado com a adoção de uma Justiça Restaurativa voltada a empoderar e engrandecer os jurisdicionados, para que perpetuem a pacificação e o bem-estar sociais.

## Referências

Bomfim, Vólia. Direito do Trabalho. -19 ed- Rio de Janeiro:Forense; Método, 2022,p.1430.

Fonte:<https://acesse.dev/Agg1S> .Acesso 10/11/24 às 00:48.

Fonte:<https://encr.pw/yLvyK> .Acesso 10/11/24 às 01:40.

Fonte:<https://acesse.dev/pFwYi> .Acesso 10/11/24 às 01:41.

Fonte:<https://acesse.one/IYJoR> .Acesso 10/11/24 às 01:42.

Fonte:<https://acesse.one/THjmE> .Acesso em 10/11/24 às 02:42.

Fonte:[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm) .Acesso em 10/11/24 às 03:42

Kleba, Maria Elisabeth e Wendausen, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos

# PROCESSO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: O DIREITO PROCESSUAL NO AMPARO À CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE



espaços de participação social e democratização política. Saúde e Sociedade [online]. 2009, v. 18, n. 4, p. 733-743. Fonte: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902009000400016> .Acesso 10/11/24 às 02:09.

Zher, Howard. Justiça Restaurativa.2012,p.124